

Intervenção - Comissão de Agricultura

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

A CONFAGRI agradece a oportunidade de participar na apreciação do Projeto de Lei n.º 236/XVII, relativo à utilização de aguardente vínica na beneficiação do Vinho do Porto e do Moscatel do Douro.

Importa começar por uma nota de rigor institucional.

No seio das adegas cooperativas da Região Demarcada do Douro não existe, neste momento, uma posição unânime sobre a solução a adotar. Essa diversidade não deve ser entendida como fragilidade, mas como expressão da realidade concreta de um território complexo, com diferentes escalas produtivas e diferentes níveis de exposição ao mercado.

Mais do que divisão, isso revela uma evidência relevante: os impactos desta proposta não são uniformes e ainda não estão totalmente estabilizados.

Quando existem leituras distintas dentro do próprio setor sobre o mesmo objetivo, isso não enfraquece o tema, reforça a necessidade de maior rigor e prudência na forma como é legislado.

O Douro é um sistema integrado.

O Vinho do Porto, os vinhos DOC Douro e IGP Terras Durienses e o enoturismo não são realidades isoladas, são dimensões interdependentes de um mesmo território económico, social e paisagístico. Qualquer alteração estrutural num destes elementos tem efeitos diretos sobre os restantes.

É neste contexto que a questão da aguardente de origem regional deve ser analisada.

A valorização da identidade do Douro e a retenção de valor no território são objetivos legítimos e estratégicos. Não estão em causa.

O que está em causa é a forma como esses objetivos são concretizados.

E aqui a posição da CONFAGRI é clara: qualquer modelo só é aceitável se for tecnicamente exequível em todas as condições de produção, incluindo anos de menor rendimento, e se não comprometer o equilíbrio global do setor.

Não basta que uma solução funcione em cenários favoráveis. Tem de funcionar também nos ciclos mais difíceis, sob pena de introduzir instabilidade num sistema já estruturalmente pressionado.

O verdadeiro teste de qualquer política não está na sua intenção, mas na sua capacidade de resistir à realidade do terreno.

Acresce que o setor vitivinícola do Douro enfrenta hoje um problema estrutural comum: a insuficiência e instabilidade do rendimento pago ao viticultor. Em muitos casos, o preço da uva não cobre os custos de produção, o que coloca em risco a sustentabilidade económica da atividade e, sobretudo, a continuidade do pequeno produtor.

As cooperativas desempenham aqui um papel essencial de responsabilidade social e territorial, assegurando escoamento, estabilidade e proteção dos viticultores. É essa função que exige uma leitura particularmente prudente de qualquer alteração estrutural.

Importa ainda referir que matérias desta natureza devem, sempre que possível, ser articuladas no quadro interprofissional do Douro, onde estão representados os diferentes agentes da fileira e onde existe capacidade técnica para avaliar impactos, simular cenários e enquadrar decisões com maior profundidade.

Esse espaço não substitui o legislador, mas complementa-o, garantindo que decisões com impacto estrutural são devidamente suportadas pela realidade produtiva e de mercado.

Assim, a CONFAGRI entende que a evolução nesta matéria deve obedecer a três princípios essenciais:

Primeiro, o reconhecimento do objetivo estratégico de valorização da aguardente de origem regional;

Segundo, a garantia de que qualquer modelo é tecnicamente exequível em diferentes ciclos produtivos e não compromete o equilíbrio do setor;

Terceiro, a assegurar a previsibilidade e estabilidade ao longo de toda a cadeia de valor, com especial foco na proteção do rendimento do viticultor.

Senhoras e Senhores Deputados,

O Douro não precisa apenas de intenções corretas. Precisa de decisões que funcionem na realidade.

A CONFAGRI não está aqui para defender uma solução única. Está aqui para assegurar que qualquer decisão serve o conjunto da região na sua diversidade, na sua complexidade e na sua responsabilidade social.

E, sobretudo, que serve aquilo que é essencial: a sustentabilidade da viticultura e de quem a sustenta.

Muito obrigado.